

## O MOVIMENTO ESTUDANTIL E OS ACORDOS MEC-USAID NAS PÁGINAS DE *O ESTADO DE S. PAULO* (1962-1970)

The student movement and the MEC-USAID agreements  
in the pages of *O Estado de S. Paulo* (1962-1970)

El movimiento estudiantil y los convenios MEC-USAID  
en las páginas de *O Estado de S. Paulo* (1962-1970)

PAMELA DE MATTOS ROSSI\*, KATYA BRAGHINI

Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, SP, Brasil.

\*Autora correspondente. E-mail: [pamelamattos.educ@gmail.com](mailto:pamelamattos.educ@gmail.com).

---

**Resumo:** O objetivo do artigo é apresentar como o jornal *O Estado de S. Paulo* fez a associação entre o processo dos acordos de ajuda técnica e financeira, denominados acordos MEC-USAID, e o movimento estudantil brasileiro, centralmente representado pela União Nacional dos Estudantes (UNE), de modo a desmerecê-lo. O artigo entende o jornal como Abramo (2003), que indica que a sua fabricação de consenso acompanha as determinações governamentais e os interesses privados de seus responsáveis. Foram estudados 186 textos, de entre artigos, reportagens e editoriais. O texto desvenda que a associação entre esses dois eventos foi articulada para, simultaneamente, manifestar-se favorável aos acordos e crítico aos manifestos estudantis contrários a eles, principalmente entre os anos de 1967-1968, quando se acirra a discussão pela reforma universitária no Brasil.

**Palavras-chave:** *O Estado de S. Paulo*; movimento estudantil; acordos MEC-USAID.

**Abstract:** The objective of this article is to present how the newspaper *O Estado de S. Paulo* associated the process of technical and financial aid agreements, known as MEC-USAID agreements, with the Brazilian student movement, primarily represented by the National Union of Students (UNE), in a manner that sought to discredit it. The article adopts Abramo's (2003) perspective, which suggests that the newspaper's consensus-building aligns with governmental determinations and the private interests of its stakeholders. A total of 186 texts, including articles, reports, and editorials, were studied. The analysis reveals that the association between these two events was orchestrated to simultaneously express support for the agreements and criticism of the student protests against them, particularly during the years 1967-1968, when the debate over university reform in Brazil intensified.

**Keywords:** *O Estado de S. Paulo*; student movement; MEC-USAID agreements.

**Resumen:** El objetivo de este artículo es presentar cómo el periódico *O Estado de S. Paulo* asoció el proceso de los acuerdos de ayuda técnica y financiera, conocidos como acuerdos MEC-USAID, con el movimiento estudiantil brasileño, principalmente representado por la Unión Nacional de Estudiantes (UNE), de manera que buscaba desacreditarlo. El artículo adopta la perspectiva de Abramo (2003), que sugiere que la construcción de consenso del periódico se alinea con las determinaciones gubernamentales y los intereses privados de sus responsables. Se estudiaron un total de 186 textos, incluidos artículos, reportajes y editoriales. El análisis revela que la asociación entre estos dos eventos fue orquestada para expresar simultáneamente apoyo a los acuerdos y críticas a las protestas estudiantiles en su contra, particularmente durante los años 1967-1968, cuando se intensificó el debate sobre la reforma universitaria en Brasil.

**Palabras clave:** *O Estado de S. Paulo*; movimiento estudiantil; convenios MEC-USAID.

---

## INTRODUÇÃO

A questão de tratar o movimento estudantil como ponto importante da história dos acordos MEC-USAID pelas páginas do jornal *O Estado de S. Paulo* (OESP) foi pensada porque os próprios editores do diário fizeram essa relação. O movimento estudantil (ME) passa a ocupar as páginas do OESP a partir de uma série de manifestações realizadas em todo o país a partir de 1965 contra a interferência estadunidense na reformulação do ensino superior por meio de tais acordos.

Este artigo destaca o conteúdo (matérias, reportagens, editoriais) apresentado por esse jornal durante o período de convencimento público dos acordos bilaterais de auxílio técnico e financeiro estabelecidos entre Brasil e Estados Unidos da América (EUA), por meio da assinatura de arranjos firmados entre o Ministério da Educação e Cultura e *Agency for International Development (USAID)*, denominados, historicamente, como ‘Acordos MEC-USAID’ e de como o jornal analisava tais acordos enquanto noticiava, ao mesmo tempo, os manifestos estudantis, desmerecendo-os.

OESP acreditava que o acordo abriria o caminho para a reforma da universidade, pois os técnicos norte-americanos “[...] transfeririam seus profundos conhecimentos para a equipe técnica brasileira [...]” responsável pelas análises e recomendações acerca do planejamento do ensino superior e “[...] ofertariam ajuda material necessária para a reforma” (O governo e a questão estudantil, 1967a, p. 3). Para o jornal, não era possível desperdiçar os conhecimentos de tal missão e, por isso, alegava que os estudantes eram imaturos e não tinham domínio intelectual sobre esse fato. A postura adversa aos estudantes foi uma constante no diário nos anos 1960, mas, entre 1967 e 1968, o jornal intensificou a veiculação contrária aos manifestos estudantis quando esses eram desfavoráveis aos acordos.

Uma das condições elencadas na *Carta de Punta Del Este*<sup>1</sup> para a manutenção dos acordos estabelecidos entre o MEC e a USAID era “[...] o apoio de todas as camadas sociais para implementação dos projetos indicados [...]” pelos norte-americanos (Organização dos Estados Americanos [OEA], 1961). Isso não aconteceu, pois uma parte da sociedade civil, sobretudo o movimento estudantil ligado à União Nacional dos Estudantes (UNE), julgava não haver a necessidade de manter esse tipo de relação com os EUA.

Santana (2014) apresenta os pontos de conflito entre o projeto de reforma universitária defendido pelos estudantes e o proposto pelo regime. Segundo a autora, o movimento estudantil não aceitaria uma reforma que não democratizasse as

---

<sup>1</sup> A Carta de Punta del Este foi assinada em 1961 como documento que estabeleceu a Aliança para o Progresso, uma iniciativa de cooperação econômica e social entre os países membros da Organização dos Estados Americanos (OEA) e os Estados Unidos. Segundo o seu conteúdo, tem por objetivo acelerar o desenvolvimento econômico e social na região, visando à ideia de justiça social. É um dos documentos que estabelece o expansionismo político dos EUA na região durante o período de Guerra Fria. (Cf. Yale Law School, 1961).

universidades brasileiras; que fosse dissociada das transformações também necessárias no âmbito socioeconômico; e, muito menos, que fosse promovida por um governo ditatorial. Os debates sobre a reforma eram amplos e, muitas vezes, os discursos se imbricavam. No entanto, na ótica dos militares, o projeto de modificação das universidades foi pensado a serviço do modelo de aceleração da economia, cujo caráter desenvolvimentista era criticado pelos estudantes nos documentos oriundos dos Seminários Nacionais de Reforma Universitária da UNE (Santana, 2014)<sup>2</sup>. Entre os pontos de conflito estava a “[...] interferência norte-americana [...]” no ensino superior, por meio das recomendações do relatório Atcon<sup>3</sup> (Santana, 2014, p. 254).

Parte-se do princípio de que a escolha feita por OESP ocorre porque o jornal se mostra como ‘formador de opiniões’ e usa a sua posição de credibilidade junto ao leitor para certificar tais acordos. Vale também a consideração de que OESP é conhecido por espelhar as opiniões de seus responsáveis, em especial, em relação à educação brasileira, principalmente a paulista, ao longo de todo o século XX e, por isso, sente-se legitimado a analisar o comportamento estudantil diante dos acordos que deseja ver aprovados (Rossi, 2018, Ribeiro, 2006). Este jornal foi fundado em 4 de janeiro de 1875, inicialmente sob o nome de A Província de São Paulo. A partir de 1890, passou a ser conhecido como *O Estado de S. Paulo*. Em 1967, a tiragem era de 340 mil exemplares diários (Acervo Estado, n.d.).

Após o golpe em 1964, o jornal retirou o apoio político aos militares por acreditar em uma transição de curto prazo, enquanto a intervenção sem prazo determinado era a proposta do regime. A partir de então, OESP se colocou como oposição ao governo em relação à permanência dos militares no poder, mas ainda mantinha o apoio quanto ao modo como era conduzida a economia do país (Aquino, 1999). Essa visão de alternância de rota narrativa do jornal também foi detectada por Carvalho (2003), quando a pesquisadora buscou compreender a visão de OESP sobre o sistema educacional brasileiro, analisando as mudanças e continuidades nas críticas e análises expressas em seus editoriais.

<sup>2</sup> De acordo com Santana (2014), a articulação das lutas políticas e educacionais do movimento estudantil em defesa da reforma universitária não estava evidente nos dois primeiros documentos elaborados pela UNE no I e II Seminário Nacional de Reforma Universitária (Declaração da Bahia e Carta do Paraná, respectivamente). Só se tornou aparente em 1963, no documento *UNE: luta atual reforma universitária*, embora na prática ela já ocorresse.

<sup>3</sup> A Diretoria do Ensino Superior (DES), do Ministério da Educação e Cultura, no período de junho a setembro de 1965, pediu a Rudolph Atcon para fazer um estudo para reformulação das universidades brasileiras. Esse estudo pretendeu fazer associações entre essa realidade e o plano registrado nos pressupostos dos EUA, pensando a racionalidade, eficiência e eficácia das instituições (Fávero, 1991). O documento *Rumo à reformulação estrutural da universidade brasileira* de 1966 foi o resultado dessa ação e passou a ser conhecido como Plano Atcon. No entanto, este documento estava amplamente ligado a um trabalho feito na Universidade de Princeton, em 1958, intitulado: *Outline of a proposal for US policy concentration in Latin America on university reorganization and economic integration*. Esse documento foi publicado como *The Latin American University* em 1963 e passou a ser referência da *United States Agency for International Development* (USAID).

Durante o período anterior ao golpe de Estado, o jornal abordou de forma enfática o movimento liderado pela UNE, revelando seu projeto político para a educação e combatendo o comunismo que acreditava estar infiltrado nos meios estudantis. No entanto, após o AI-2<sup>4</sup>, o jornal passou a criticar o endurecimento do regime, tendo por resultado, posteriormente, a própria censura. Ainda assim, o jornal continuou a publicar conteúdo referente às medidas excepcionais e repressivas para ‘limpar’ o meio estudantil e universitário de atividades subversivas.

Levou-se em conta que, simultaneamente, o jornal passou a tecer críticas à permanência dos militares no poder, mas, ao mesmo tempo, julgava violentamente os estudantes contrários aos acordos, pois defendia o estabelecimento do pacto, mesmo sabendo das dificuldades de sua instalação. Portanto, busca-se entender por que o jornal, enquanto noticiava e aprovava os acordos estabelecidos pelo MEC-USAID, atacou os estudantes de maneira reiterada, de forma que as agressões ao movimento estudantil, em sua narrativa, passaram a ser fundidas aos processos de estruturação dos acordos. Entender como e por quais motivos os estudantes passaram a ser a ofendidos e agredidos, como veículo retórico para ganhar a opinião pública em favor dos acordos, é o interesse específico deste texto.

Para este artigo foram considerados os conteúdos publicados em OESP, os documentos referentes ao acordo e as legislações pertinentes aos dois assuntos. As primeiras matérias publicadas por OESP sobre os acordos firmados entre MEC-USAID datam de 1962 e abordam o investimento dos estadunidenses em programas brasileiros. O jornal aponta a ajuda técnica e financeira por meio do Programa Aliança Para o Progresso (APP) no país e sinaliza a importância de tais investimentos<sup>5</sup>. Entre 1962 e 1973, foram localizadas 186 publicações relativas aos acordos MEC-USAID. Dessas, 78 entradas foram referentes ao movimento estudantil e a relação entre os dois eventos cessa com uma matéria jornalística de OESP em 1970<sup>6</sup>.

A escolha cronológica – 1962 a 1970 – para a elaboração deste trabalho deu-se a partir das reformulações que ocorreram na educação pré e pós o golpe civil-militar, considerando as negociações entre Brasil-EUA, anteriores ao golpe, e a extensão de alguns pactos por meio de termos aditivos até 1970. O conteúdo do periódico foi

---

<sup>4</sup> O Ato Institucional nº 2 (AI-2) foi um decreto emitido pela ditadura militar brasileira em 27 de outubro de 1965, que ampliou significativamente os poderes do regime. Este ato foi uma resposta às eleições estaduais de 1965, nas quais candidatos ligados ao ex-presidente João Goulart obtiveram vitórias importantes, o que preocupou os militares. Por este ato, foram impostas as eleições indiretas à Presidência da República e a autorização de intervenção nos governos estaduais, por exemplo.

<sup>5</sup> A Aliança para o Progresso foi um programa de cooperação econômica e social lançado pelo presidente dos Estados Unidos, John F. Kennedy, em 1961. O objetivo principal era acelerar o desenvolvimento econômico e social da América Latina. Também buscava conter a influência do socialismo na região durante a Guerra Fria. (Cf. Ribeiro, 2006).

<sup>6</sup> Este texto é um recorte da dissertação denominada *Os acordos MEC-USAID no jornal O Estado de S. Paulo (1962-1973)*, de Pamela de Mattos Rossi, orientada pela Profa. Dra. Katya Braghini, na Pontifícia Universidade Católica de São Paulo. Esta dissertação foi financiada pelo CNPq.

analisado por meio de informações coletadas em uma base de dados, primeiro visando a sua identificação (data da publicação, título, caderno, autor, página, edição) e, depois, fazendo a análise quantitativa e qualitativa das matérias relacionadas ao que foi publicado sobre o tópico. Destacam-se as relações contextualizadas feitas pelos editores do jornal entre as ações estudantis e o processo dos acordos.

Esta documentação é analisada a partir dos pensamentos propostos por Abramo (2003), Fonseca (1997) e Capelato e Prado (1980), os quais, direta ou indiretamente, analisam a forma como a grande imprensa se orienta social e politicamente e, em especial, como se caracteriza OESP em sua história. Percebe-se que este jornal carregava consigo a defesa do estado liberal, mas, frequentemente, alinhava-se a interesses conservadores e reacionários quando percebia ameaças ao seu poder ou à ordem social (Capelato & Prado, 1980). OESP buscou inculcar valores concebidos como liberais à opinião pública e pretendia defender posições concretas, rejeitando outras julgadas impertinentes, além de atuar no sentido de manipular interesses sociais, sem descuidar de seus próprios negócios, zelando por valores como 'Pátria', 'Nação', 'Povo' (Almiro apud Fonseca, 1997).

Ainda que o conteúdo de um jornal não seja propriamente entendido como uma mentira, Abramo (2003) adverte que a grande mídia está sempre pronta a legitimar as medidas políticas anunciadas pelos governantes e pelas 'estratégias de mercado', distribuindo-as na forma de opinião. Constrói consensos, educa percepções, produz realidades parciais apresentadas como totalidade do mundo, distorce fatos, falsifica, mistifica e atua, enfim, como uma espécie de partido, proclamando-se como porta-voz e espelho dos 'interesses gerais' da sociedade civil, enquanto batalha pelos seus próprios.

Torna-se relevante perceber como OESP estrutura o seu discurso de convencimento do público em torno dos acordos MEC-USAID, nem sempre muito bem explicados, embora tornados imprescindíveis. Enquanto isso, representações negativas sobre o movimento estudantil, que, à época, se mostrava contrário à questão, são publicadas. Em outros termos, mostra-se neste estudo como este jornal pautou um assunto por outro, de modo a, simultaneamente, plantar a aceitação dos termos do acordo, enquanto estimulava e fomentava a ação de autoridade sobre os estudantes mobilizados politicamente.

## OS ACORDOS MEC-USAID NAS PÁGINAS DE OESP

Entende-se que os acordos MEC-USAID são contratos com um histórico ligado a projetos internacionais anteriores que marcaram as relações do Brasil de maneira multilateral com os países membros da Organização dos Estados Americanos (OEA). Antes, Maluhy (2010) indica que, entre os anos 1950 e 1960, a *United Nations Educational Scientific and Cultural Organization* (UNESCO) projetou políticas

específicas de ação educacional voltadas fundamentalmente para o ‘desenvolvimento da América Latina’, colocando-se como órgão essencial para modificações educacionais estruturais<sup>7</sup>.

Na educação, mais diretamente como acordos internacionais, os primeiros registros entre MEC e EUA foram formalizados em 1946<sup>8</sup>. Entre 1950 e 1960, os acordos ocorrem de forma pontual, sobretudo por meio de assistência técnica. A partir da APP (1961), ocorre a formalização de acordos de ordem técnica associados à assistência financeira entre países soberanos membros da OEA. Tais acordos estavam pautados nas propostas contidas na *Carta de Punta del Este* (1961), anunciada acima, como documento marco da APP. Havia o intuito de manter os programas de assistência técnica já existentes e inserir o apoio financeiro sob a forma de doações e de empréstimos para os países latino-americanos. A APP é apresentada como um programa que objetivava a modernização e o desenvolvimento dos países membros, com os EUA atuando como o principal interlocutor (Rossi, 2018).

A USAID foi criada em 1961 precisamente como parte desta política externa, cujo objetivo era fornecer as tais cooperações técnicas e financeira aos lugares reconhecidos como zonas de influência geopolítica dos EUA a partir do Departamento de Estado (Rossi, 2018). Caterina (2015) mostra o movimento financeiro dos acordos firmados com o Brasil. Os desembolsos que superaram US\$ 205 milhões em 1962, reduziram-se a US\$ 141 milhões em 1963. Após o golpe de 1964, há um empréstimo de US\$ 50 milhões. No ano fiscal de 1964, os acordos chegaram a quase US\$ 337 milhões. Os registros subsequentes marcam US\$ 270,8 milhões (1965), US\$ 329 milhões (1966), US\$ 240 milhões (1967) e US\$ 280,7 (1968). Os empréstimos se tornaram pouco relevantes em meados dos anos 1970.

Como é possível ver, depois do golpe civil-militar, houve considerável negociação financeira entre o Brasil e a USAID. Nesse relacionamento, havia a proposta de reforma da educação, que, no Brasil, ocorreu por meio dos 12 acordos estabelecidos entre o MEC-USAID, apresentando medidas que, de maneira geral, visavam ao treinamento e à capacitação de professores, treinamento de especialistas ligados às Secretarias de Educação, revisão e reformulação de currículos, produção e circulação de livros técnicos e didáticos, inserção de novas técnicas de ensino e planejamento, construção de novas escolas, sobretudo técnicas, concessão de bolsas de estudos nos EUA para a qualificação de professores brasileiros, etc. (Brasil, 1967a).

---

<sup>7</sup> No caso do projeto da UNESCO, percebe-se a relação estreita entre os planos da entidade e instituições importantes de controle e administração da Educação no Brasil. Dentre eles: Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais (INEP); Centro Brasileiro de Pesquisas Educacionais (CPBE), Centro Regional de Pesquisas Educacionais (CRPEs), Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras (FFCL-USP).

<sup>8</sup> De acordo com Nogueira (1999), data de 01 de março de 1946, no governo Dutra (1946-1951) o primeiro acordo na área do ensino industrial para a construção da Escola Técnica de Curitiba, que seria a referência na área. O projeto contou com apoio norte-americano para o envio de professores brasileiros para os EUA, a fim de serem treinados e, de 1946 a 1951, os acordos que visavam à aquisição de equipamentos norte-americano, para as 33 Escolas Técnicas construídas no Brasil.

A natureza dos 12 acordos reflete uma complexa interação entre assistência, intervenção, desenvolvimento econômico e resistência social no contexto da educação brasileira. Isso incluía a promoção de uma educação que preparasse os estudantes para o mercado de trabalho e à modernização econômica (Rossi, 2018). Mais adiante, haverá destaque quanto à posição das universidades nos acordos, tendo em vista que o periódico analisado parte ao ataque, em primeiro lugar, aos estudantes do ensino superior.

As primeiras matérias publicadas por OESP, sobre os acordos firmados entre MEC-USAID, datam de 1962. O jornal era crítico em relação à atuação do governo naquele período, mas defendia com veemência a instalação do projeto (Rossi, 2018). Entre os anos de 1963 e 1964, o periódico limitou-se a veicular informações relacionadas aos acordos formalizados na área da saúde, energia, habitação, entre outras. Após 1964, a presença da USAID teve como foco implementar reformas educacionais que, em conjunto com relatório Atcon, propunham a racionalização das universidades e a contenção de movimentos estudantis. A partir de 1965, OESP veiculou o seu conteúdo defendendo a melhoria e a ampliação do ensino primário, vocacional, agrícola e a economia doméstica e a formalização do plano para a organização do ensino superior (Planejamento..., 1965).

Em contraste com os acordos anteriores, os contratos MEC-USAID aparecem como uma cooperação mais focada na estruturação da educação, mostrando os interesses do governo militar que se refletem na mudança de natureza da assistência, tornada mais direcionada e controlada. Especificamente sobre o ensino superior, foi estabelecida, em junho de 1965, a relação do Ministério da Educação com a USAID, pela Diretoria do Ensino Superior (DESu), cujo representante do Brasil à Cooperação Técnica foi o professor Faria Góis, responsável pela 'Organização do Ensino Superior'. Assinaram o documento o Ministro Flávio Suplicy de Lacerda, o diretor da USAID no Brasil, Stuart Van Dyke, e o professor Deolindo Couto, então presidente do Conselho Federal de Educação (CEF) (Brasil, 1969).

Na Tabela 1, há a visualização mais precisa dos temas apresentados em OESP sobre os acordos e destaca-se, mais claramente, tanto a reação do periódico em relação aos trâmites do pacto, quanto o momento em que o movimento estudantil passa a ser um tema destacado neste mesmo histórico.

**Tabela 1.** Distribuição quantitativa dos principais temas veiculados no OESP por ano

Principais temas/Ano	1962	1963	1964	1965	1966	1967	1968	1969	1970	1971	1972	1970
Formalização e/ou encerramento dos acordos MEC-USAID	2	-	-	7	-	3	-	-	1	-	-	-
Solicitação de Estados brasileiros para implementação de projetos desenvolvidos por meio dos acordos MEC-USAID	-	-	-	1	-	-	-	2	5	-	-	-
Declaração de representantes da USAID sobre os acordos MEC-USAID	-	-	-	-	2	3	2	1	-	-	-	-
Desenvolvimento de trabalhos, execução, dos projetos MEC-USAID	-	-	-	-	1	4	2	3	1	-	1	-
Constituição, nomeação, da equipe técnica brasileira para planejamento do ensino superior	-	-	-	-	1	10	6	-	-	-	-	-
Revisão e ampliação dos acordos MEC-USAID	-	-	-	-	-	12	-	1	-	-	1	1
Declaração sobre os acordos de ministros da educação, e nomes ligados a educação	-	-	-	-	-	15	1	2	4	-	1	-
Debates políticos e denúncias aos acordos MEC-USAID	-	-	-	-	-	12	-	-	-	-	-	-
Movimento Estudantil e os acordos MEC-USAID	-	-	-	2	1	53	21	-	-	1	-	-

Fonte: Dados organizados por Rossi (2018).

Na Tabela 1, entre 1967 e 1968, o periódico divulgava de forma constante as manifestações estudantis em relação aos acordos; criticou os estudantes por meio de seis editoriais, rebateu as críticas da oposição política por meio de outros dois, anunciou sua contrariedade em 12 capas, declarações em defesa dos acordos, desfechos violentos de manifestações estudantis e intensificou a publicação de notícias relacionadas aos acordos. Pode-se constatar que a maior aglomeração de conteúdos no jornal, no ano de 1967, diz respeito à relação feita entre os estudantes e o MEC-USAID.

Neste caso, falava-se dos estudantes enquanto eles promoviam manifestações contra os acordos. Segundo o jornal, esses estudantes não eram dignos de serem levados a sério (Filosofia da USP..., 1967). Apontava que os protestos estudantis, verificados sob escala crescente em diversos estados, estavam preocupando os círculos militares (Filosofia da USP..., 1967). Registrou desfecho violento de uma passeata promovida pelos estudantes (A UNE perde terreno, 1967). Vaticinou que quase todos os estudantes discordavam das diretrizes da UNE, pois a consideravam radical e, por conseguinte, os estudantes que se manifestavam eram uma minoria radical.

Entre 1967 e 1970, OESP difundiu os processos relativos ao MEC-USAID em diferentes frentes. Primeiro apresentando as dificuldades sobre a montagem de equipes técnicas, quando houve acusações mútuas sobre os problemas relacionais entre os técnicos brasileiros e estadunidenses. Ao analisar os documentos mais detalhadamente, percebe-se que nem mesmo o jornal estava convencido de que os acordos estavam fluindo perfeitamente (Rossi, 2018).

De maneira geral, observa-se que o ensino superior está pautado nos acordos distributivamente, pois é possível vê-lo associado às bolsas de estudos para professores nos EUA (Acordo 7), como parte fundamental à formação de uma elite acadêmica e técnica; pela revisão dos currículos, já que revisão curricular é um aspecto central da reforma universitária (Acordo 3); na introdução de novos métodos e técnicas de ensino e pela implementação de novas abordagens pedagógicas que promovam um ensino mais eficaz e dinâmico etc. (Acordo 4) (Rossi, 2018).

Pensando especificamente as universidades, OESP estava acompanhando os trabalhos empreendidos pela Equipe de Assessoria ao Planejamento do Ensino Superior (EAPES). Este relatório apresenta o conjunto de ações da equipe brasileira e dos EUA<sup>9</sup>. São apresentados caminhos à reestruturação do sistema nacional de ensino superior. A equipe manteve um diálogo constante com diversas redes intelectuais, incluindo os membros do Conselho Federal de Educação (CFE) e outros profissionais da área educacional. O documento demarca os trabalhos que efetivamente foram feitos pelas equipes. Questões, como os objetivos do ensino superior, a escassez de recursos e a comparação entre as universidades dos dois países fizeram parte dos trabalhos (Brasil, 1969).

---

<sup>9</sup> Em 1966/1967, por indicação pela USAID e Midwest Consortium, foram designados os Profs. Henry W. Hoge, John D. Ryder, J. M. Klotsche e John M. Hunter. O Midwest Consortium foi o grupo de universidades públicas localizadas na região do Meio-oeste dos EUA (formado pelas Universidades de Illinois, Indiana, Wisconsin, Michigan). A equipe brasileira oscilou e, muitas vezes, os membros eram designados por demanda. Os professores Ernesto Luís de Oliveira Júnior, Heitor Herrera, João Paulo de Almeida Magalhães, Paulo Accioly de Sá e Rubens d'Almada Horta Porto foram designados entre maio-junho de 1967. No mês seguinte, demitem-se todos, exceto Horta Porto. Depois, são chamados o Prof. Paulo Ernesto Tolle e mais os membros do CFE, Profs. Roberto Figueira Santos, Valnir Chagas, Rubens Mário Garcia Maciel e Newton Sucupira para prestarem serviços na equipe. Na sequência, há a nomeação da 3ª Comissão Brasileira composta pelos Profs. Hermínio Pessoa, José Fernando Domingues Carneiro, Laerte Ramos de Carvalho, Osmar Ferreira e Rubens d'Almada Horta Porto, em janeiro de 1968 (Brasil, 1969).

O relatório também aponta para desafios que dificultaram a eficácia dessa colaboração. Entre os fatores mencionados estão a barreira da língua, a crítica severa que o acordo recebeu de alguns setores e o relativo isolamento da equipe americana, que limitou a capacidade de entender os problemas do ensino superior no Brasil. De entre os produtos da ação, foram estabelecidas normas visando à autorização e ao reconhecimento de novas universidades e faculdades, além da necessidade de uma bibliografia sobre o ensino superior brasileiro, pois falta de material sobre o tema foi percebida. Houve a coleta e análise de dados estatísticos sobre instituições de ensino, cursos e desempenho acadêmico (Brasil, 1969). De acordo com Silveira (2020), o conteúdo e as concepções inseridas neste relatório foram mantidos pelo grupo de trabalho da Reforma Universitária, criado pelo Decreto nº 62.937, de 2 de julho de 1968.

Sobre o planejamento do ensino superior, o periódico voltou a atenção à constituição da equipe técnica responsável pelas universidades com críticas (MEC-USAID já em reexame, 1967), como: a demora para a escolha da equipe (MEC fará certame nacional de ensino, 1968); o pedido de desligamento coletivo (MEC revê os acordos, 1967); a nomeação de novos membros e as questões burocráticas que a impediam a constituição de novo quadro técnico (Acordo terá 5 do Brasil, 1968); além de declarações do diretor do ensino superior alegando que o convênio só não tinha entrado em vigor ‘por culpa’ do governo brasileiro etc. (Epílogo..., 1967).

Segundo Fávero (1994), e aprofundando as recomendações de Atcon para a filosofia educacional do continente, viam-se as seguintes medidas a serem adotadas: remodelar as universidades estatais como fundações privadas; colocar o ensino superior em bases rentáveis, cobrando matrículas crescentes durante um período de dez anos e eliminar a interferência estudantil na administração das instituições. Fávero (1991) aponta que a proposta também sugeria a neutralidade política no interior das instituições de ensino superior como fundamento básico do processo de reforma.

Para Germano (2011), a reforma universitária do regime militar representa, essencialmente, uma incorporação desfigurada de experiências e de demandas anteriores, acrescidas das recomendações privatistas de Atcon, do Relatório da EAPES e de outras comissões. Conceitualmente, ela se fundamentou na ‘teoria do capital humano’, a qual estabelece um vínculo direto entre educação e o mercado de trabalho; educação e produção, alinhando-se às demandas do mercado de trabalho e à acumulação de capital humano, que, no Brasil, são associadas à Ideologia da Segurança Nacional.

A discussão sobre o ensino universitário se verte à qualificação das pessoas como valor econômico. Em outras palavras, há um capital físico que visa o dinamismo da produção, mas também há um capital humano (na forma de certos conhecimentos e habilidades), que se funde à ideia de eficiência e à capacidade produtiva dos indivíduos. Decerto, este ideário, aliado à violência política do Estado, ativou o manifesto estudantil.

O periódico centralizou os ataques às manifestações contrárias ao acordo MEC-USAID, sobretudo nas ações e nos debates liderados pela UNE, principalmente, quando voltados às discussões da interferência dos acordos na reforma universitária. A grande maioria das críticas estava nos editoriais, significando a voz dos proprietários do periódico e ativando o julgamento dos leitores em relação ao que deveria ser pensado sobre os estudantes<sup>10</sup>. Os manifestos estudantis denunciam problemas educacionais que vão a reboque, em OESP, apenas como a reação de jovens inconsequentes.

## O ENTENDIMENTO DO MOVIMENTO ESTUDANTIL EM RELAÇÃO AO MEC-USAID E A REFORMA UNIVERSITÁRIA

Segundo o ME, as políticas do governo não consideravam as bases culturais do ensino brasileiro; ao contrário, tinham como finalidade apenas a eficiência do ensino à sombra da formação de tipo industrial capitalista sob a orientação dos EUA. Por isso, os estudantes se opunham à reforma universitária promovida pelo regime, defendendo a formação de um quadro técnico constituído em solo brasileiro (Santana, 2014).

Fávero (1992) aponta que, para os universitários, a concretização do acordo MEC-USAID contribuía para fazer uma reforma universitária às avessas, discutida, planejada e executada no interior das estruturas que precisavam ser reformadas. Por isso, duvidavam da ‘resposta técnica’ que o acordo pretendia dar aos problemas, por acreditarem que essa questão não se restringiria apenas ao âmbito da técnica educacional, mas envolvia compromissos carregados de determinações cujo caráter era político.

Paralelo a isso, veem-se pedidos de vigilância nas escolas e nos locais de circulação dos jovens, a procura por disciplinamento dos estudantes, etc. A Comissão Meira Mattos – comissão especial cujo documento base é o norteador de ações antiestudantis – faz uma interpretação de reforma universitária relacionando-a precisamente com os ‘problemas estudantis’, o que desembocou no Decreto nº 62.024 (1967), que “[...] institui Comissão Especial para propor medidas relacionadas com os problemas estudantis [...]” e no Decreto-Lei nº 477 (1969), e que definiu as “[...] infrações disciplinares praticadas por professores, alunos, funcionários ou empregados de estabelecimento de ensino público ou particulares”.

Os pontos de conflito entre esses projetos e a reforma universitária passaram a ser debatidos em seminários nas entidades estudantis e em congressos promovidos pela UNE. As ações do ME traduziram-se em passeatas; greves; assembleias e manifestações contra o regime militar; discussões referentes à cobrança de anuidades

<sup>10</sup> Vale lembrar que, em 1968, aconteceu a instalação do AI-5 e que, portanto, todos os manifestos passaram a ser proibidos. Além disso, houve o momento de desarticulação do movimento estudantil diante do fechamento do regime, inclusive, destaca-se a prisão dos estudantes no Congresso Clandestino da UNE, no mesmo ano, que acontecia em Ibiúna (SP).

e à incorporação dos excedentes nas universidades, bem como com relação à privatização das universidades e à democratização do ensino, à precarização do salário de professores e os cortes de verbas federais para as universidades, entre outros temas. Dessas ações, resultou a produção de documentos, como cartas políticas e notas oficiais elaboradas pelos diretórios acadêmicos (Rossi, 2018).

Pelos motivos expostos, criticar e atacar as manifestações do movimento estudantil era uma das maneiras de defender e de apontar os benefícios do acordo MEC-USAID. O jornal, acompanhando as determinações das leis de desmobilização da política estudantil plantadas pelo regime militar, tomou medidas para eliminar e desmobilizar os movimentos contrários aos acordos (Rossi, 2018).

Vale destacar, nesse sentido, que o alinhamento político-educacional do movimento estudantil pela reforma universitária era considerado um foco a ser eliminado antes mesmo do golpe civil-militar. Segundo Braghini (2015), as práticas juvenis foram usadas como um elemento incentivador, por parte da imprensa, para a deposição do governo de João Goulart e, posteriormente, como principal justificativa para a formulação de uma lei que controlasse as entidades. Em outras palavras, ao mesmo tempo em que as críticas feitas aos estudantes eram o combustível para manter inflamados os pedidos para a desmobilização, assumia-se que eles também eram responsáveis por tentar impedir um acordo favorável ao desenvolvimento do país.

## **O ESTADO DE S. PAULO EM DEFESA DO MEC-USAID E CONTRA O MOVIMENTO ESTUDANTIL**

A primeira matéria do OESP que relacionava o movimento estudantil à USAID foi veiculada em julho de 1965. O texto informava que, durante a realização do 27º Congresso Nacional dos Estudantes, o presidente da mesa diretora do evento, José Henrique Maia, tinha declarado que o movimento estudantil estava unido contra um inimigo comum, o então ministro da educação Suplicy de Lacerda e a USAID (Universitários debatem tese, 1965).

Ao avaliar o evento, o jornal asseverou que a UNE tinha promovido manifestos subversivos contra o governo e a política educacional e insistia em atacar violentamente a Lei Suplicy<sup>11</sup>, convocando os estudantes para “[...] acentuar o manifesto e impedir o fim da entidade, a revogação das expulsões e punições de caráter ideológico e para combater a progressiva alienação da soberania nacional aos norte-americanos” (Universitários debatem tese, 1965, p. 15). Dias depois, ao

---

<sup>11</sup> Lei nº 4.464, de 9 de novembro de 1964, conhecida pelo nome de seu autor, ministro da educação, Suplicy de Lacerda. Por meio do art. 22, extinguiu legalmente a UNE ao revogar o Decreto-Lei nº 4105, de 11 de fevereiro de 1942, que reconhecia a União Nacional dos Estudantes como entidade coordenadora e representativa dos corpos discentes dos estabelecimentos de ensino superior de todo país.

anunciar o término do Congresso, OESP informou ao leitor que o movimento estudantil tinha uma nova diretoria<sup>12</sup> e que havia aprovado um relatório da Comissão de Problemas Nacionais, no qual conclamava-se os universitários a repudiarem os dispositivos da Lei Suplicy e o acordo MEC-USAID. Segundo o jornal, em tom crítico, os estudantes não acreditavam em qualquer solução real para o problema das universidades brasileiras (Termina o congresso..., 1965).

Após o 27º Congresso e ao longo de 1966, o ME articulou novos protestos contra o regime. De acordo com Santana (2014), após o 27º Congresso ocorreu uma reação generalizada do movimento estudantil sob a liderança da UNE. Foram registrados dezenas de atos contra a política educacional do regime.

Segundo Sanfelice (2015), o movimento reagia à tentativa de transformação das universidades federais em fundações particulares e reivindicava a escola pública gratuita (Sanfelice, 2015)<sup>13</sup>. Ainda de acordo com o autor, as passeatas tiveram repercussão no país e no exterior, à medida que os estudantes se deparavam com a repressão policial. Aponta ainda que os estudantes denunciavam a intervenção estadunidense na educação e em outros setores da vida nacional, além de questionar a forma autoritária do governo. Com cartazes contra o governo federal, gritos com ‘abaixo a ditadura’, em nome da soberania nacional e contra o imperialismo, o movimento estudantil ganhava o cenário da nação (Sanfelice, 2015).

Ao ponderar a ampliação e a difusão do ponto de vista dos estudantes sobre o assunto, o jornal passa a ter uma postura mais forte. Por um lado, ainda que houvesse relutância em favorecer o ME, mostrava o ponto de vista dos estudantes (Presidente apressa..., 1967). Por outro, apresentava considerações sobre o assunto, mostrando a boa vontade dos estadunidenses para com as reformas no ensino brasileiro (Alterações entravam acordos, 1967).

Ao abordar a luta dos estudantes contra o acordo, OESP procurava evidenciar que os grupos produziam debates infundados. Segundo o periódico, o estudante brasileiro era o indicador do grau de vulnerabilidade do ensino, por causa sua irracionalidade. Desse modo, considerava as críticas estudantis como ‘uma sessão de posturas ridículas’ contra uma grande civilização tecnológica (As sugestões epidêmicas, 1967c). Por acompanhar o discurso de OESP, o ministro da Educação, Tarso Dutra, tratava os debates estudantis como mera falta de conhecimento sobre o assunto (Tarso..., 1967).

Sobre a reforma universitária, o jornal dizia que, se bem executada, contribuiria para eliminar as causas de rebeldia e insistia que a reforma universitária seguiria os padrões das universidades estadunidenses. No entanto, destacava que os jovens

---

<sup>12</sup> De acordo com Santana (2014), o novo presidente da UNE era o paulista Antonio Xavier.

<sup>13</sup> 28º Congresso da UNE, 28 de junho de 1966, acontecido em Belo Horizonte.

rebeldes não se convenceriam porque estavam empenhados em uma contestação global (A causa dos rebeldes..., 1968).

O periódico também enfatizava a insubordinação dos estudantes e, ao mesmo tempo, anunciava, de forma reducionista, os eventos produzidos pelo ME. Diminuíam-lhes os argumentos, desqualificando a entidade com o termo 'ex-UNE', e criminalizava o movimento que era então considerado como em 'ilegalidade' (Direção da UNB, 1967). Naquele momento, a UNE propunha que a luta não se restringisse apenas ao caráter de denúncia, mas que se efetivasse no 'boicote' à sua aplicação, a fim de mostrar que estavam na luta política pelo tema (Santana, 2014).

Paralelo a isso, e ao contrário do que era publicado, havia as ações do ME para aprofundar os conhecimentos sobre os acordos. Ora esses eventos não eram anunciados, ora desmoralizados. Os eventos produzidos pelo movimento estudantil evidenciam que os estudantes não tornaram os acordos 'indesejados' sem antes conhecê-los. Ainda assim, o movimento destacava que o elemento indesejado era o 'Imperialismo', a 'USAID', conforme anúncio de Valdo Silva, presidente da União Metropolitana dos Estudantes (UME), no Seminário Regional, realizado no Rio de Janeiro entre os dias 13 e 15 de junho sob este tema (Presidente apressa..., 1967).

Além de atacar os estudantes, o jornal ainda induzia à lembrança de que essas ações eram ilegais e que, portanto, nem deveriam estar acontecendo. A propósito disso, a realização do 29º Congresso da UNE foi anunciada pelo OESP, que veiculou uma manchete, com uma declaração do ministro Tarso Dutra, reforçando a condição de ilegalidade da UNE. Na ocasião, ressaltou-se que as atividades da entidade estavam suspensas pelo Decreto-Lei nº 57.634, de 14 de janeiro de 1966, com base no art. 36 da Lei de Segurança Nacional (Alterações entravam acordos, 1967). Depois, OESP mostra que tinha informações sobre o Congresso, inclusive, sobre a deliberação do Plano Nacional de lutas do movimento e ainda veicula a ideia de que muitos universitários tinham retornado aos estados de origem para desencadear um plano nacional de agitação contra a política do governo para o ensino e contra o acordo MEC-USAID (Tarso..., 1967). Dias depois, o periódico avalia a publicidade dada ao 29º Congresso e desmerece a carta final elaborada pela UNE (Carta da ex UNE..., 1967).

Em setembro do mesmo ano, OESP veiculou uma manchete apontando que a maioria dos estudantes não seguia as diretrizes da UNE. De acordo com o texto, apenas 7 das 21 escolas superiores acompanhavam a linha de ação em defesa de reivindicações da classe estudantil. Segundo o jornal, embora a maioria dos órgãos estudantis também fosse contra o acordo MEC-USAID, quase todos não concordavam com as diretrizes da entidade e as consideravam extremamente radicais (A UNE perde terreno, 1967). Esse argumento também abastecia uma outra ideia, paralela ao debate sobre os acordos, a de que o estudante associado às entidades era 'mau estudante', uma minoria. Essa linha de argumentação reforçava a ideia de apartamento dos 'maus estudantes' daqueles que eram o símbolo do bom ensino (Braghini, 2015). Em outras

palavras, fazer política de rua e atuar para além dos muros da escola causava um descontentamento, que, em grande medida, era alimentado pelas páginas do jornal. O embate entre ‘bons’ e ‘maus’ estudantes estava dado.

No entanto, a UNE seguia fazendo denúncias. A entidade anuncia, em dezembro de 1967, o *II Encontro Sobre Infiltração Imperialista no Ensino*, que ocorre em fevereiro do ano seguinte. Segundo OESP, a ideia do encontro era mostrar o corte de verbas federais às universidades como justificativa para a infiltração de dinheiro internacional e que os acordos eram uma forma de acatar a idealização do relatório Atcon. Dentro da ótica de apaziguamento do ME, o relatório indicava a criação de centros de orientação nas escolas superiores para todos os seus atos (Discutido caso “Caetano”, 1967). No caso, ao menosprezar o encontro dos estudantes, o periódico anuncia uma verdade, pois, segundo Cunha (1988), os estudantes viam com clareza a relação entre Rudolph Atcon e a USAID e os processos de desmobilização do movimento (Cunha, 1988).

Entre 1967 e 1968, OESP continua com as publicações sobre o ME, registrando as passeatas, greves, concentrações, assembleias e ‘invasões’. Em relação às pautas estudantis, asseverava-se que os estudantes, além de se manterem alinhados às suas deliberações, ainda as ampliavam em números pelos estados, mostrando espírito de corpo.

Para uma melhor compreensão das manifestações veiculadas pelo periódico, bem como para compreender quais foram as suas ações, pautas e locais indicados, veja-se o Quadro 1, a seguir, elaborado a partir do conteúdo publicado por OESP.

**Quadro 1.** Manifestações Estudantis veiculadas no OESP 1967-1968

Estado	Pautas
DF	MEC-USAID e reforma universitária, regime militar
GO	MEC-USAID e falta de verbas para ensino superior
MG	MEC-USAID, Relatório Atcon, reforma universitária, a falta de vagas no ensino superior, repressão aos estudantes, vinculação da universidade brasileira ao acordo MEC-USAID
PE	MEC-USAID e falta de verba no ensino superior
PR	MEC-USAID, Relatório Atcon, excedentes, repressão militar, reforma universitária e extinção da UNE, política educacional do governo, cobrança de anuidade no ensino superior.
RJ	MEC-USAID, Relatório Atcon, pagamento das anuidades, infiltração norte-americana na universidade brasileira, repressão policial as manifestações estudantis, ratificação do acordo MEC-USAID, manutenção restaurante estudantil, política educacional do governo, excedentes, violência policial e regime político, dominação imperialista do ensino, destruição do restaurante estudantil
RS	MEC-USAID e punições aplicadas a presos acadêmicos
SP	MEC-USAID, Relatório Atcon, ratificação do acordo MEC-USAID, infiltração norte-americana na universidade brasileira, excedentes, política educacional do atual governo, sistema de cátedras, ensino pago, prisão de estudantes, repressão as manifestações estudantis e falta de verba para ensino superior

Fonte: *O Estado de S. Paulo* (1967-1968). Informações organizadas por Rossi (2018).

Nota-se que as manifestações ocorreram em vários estados do Brasil e que as pautas apresentam as principais lutas do movimento estudantil para defender uma reforma universitária associada às reformas sociais. Sobretudo, o quadro expõe um demonstrativo dos problemas estruturais da universidade brasileira naquele momento, destacando a falta de verba, o sistema de cátedras e a questão dos ‘excedentes’.

Em março de 1967, OESP divulga a primeira passeata estudantil relacionada ao acordo MEC-USAID, em Belo Horizonte. Indica que, ali, os alunos receberam licença do Departamento de Ordem Política e Social (DOPS) para abordar apenas os problemas da classe estudantil (Tarso estuda falta de vaga, 1967). No mês seguinte, os estudantes voltam a ocupar as páginas do OESP para mostrar o ponto de vista dos dirigentes do Diretório Central dos Estudantes (DCE) da UFMG aos convênios (Filosofia da USP..., 1967). Depois, divulgaram uma passeata composta por estudantes condenando a onda de violência sobre eles (Estudantes: governo..., 1967). Mais tarde, deram razão ao secretário de Segurança, Joaquim Ferreira Gonçalves, que anunciou o impedimento da passeata e foi desafiado pelos estudantes (Suplicy pede o diálogo legítimo, 1967). O resultado tinha sido “[...] a detenção de dezenas de estudantes e populares, e 7 estudantes ficaram presos, para serem enquadrados na Lei de Segurança Nacional” (Polícia mineira impede passeata, 1967, p. 32).

Esse mesmo estilo de narrar um evento foi percebido em relação ao Paraná, com estudantes da Faculdade de Medicina da Universidade daquele estado, ao promoverem uma passeata (MEC-USAID já em reexame, 1967). Também em Porto Alegre aconteceu uma passeata contra o MEC-USAID, contra a qual punições foram aplicadas após a queima da bandeira dos EUA (MEC-USAID já em reexame, 1967). No Rio de Janeiro, os estudantes protestaram e apresentaram um “[...] discurso contra a infiltração americana na universidade brasileira” (Estudantes fazem exigências, 1967, p. 5).

No mês seguinte, os estudantes da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ) anunciaram greve de protesto contra a ratificação de partes dos acordos e uma assembleia conjunta de membros da UNE e do DCE, para determinarem a posição a ser adotada com relação à sua ratificação (Acordos: estudantes..., 1967). Ao longo do mês de maio, OESP divulga toda a saga dos estudantes cariocas e um crescente movimento de choques, sempre alertando que se tratava de manifestações da ‘extinta UNE’ (UME carioca fará passeata, 1967; Rio: Polícia dissolve passeata, 1967b; Crises no Rio..., 1967; Convênio visa planificação..., 1965).

Para OESP, era necessário que “[...] os fomentadores de greves, desrespeito às normas de convívio universitário, fossem expulsos de todas as universidades brasileiras”. Nesse sentido, defendia que o governo, exaltando a necessidade de disciplinamento e da manutenção da ordem, pois os jovens seguiam por “[...] desvirtuamento ideológico [...]”, sendo levados, ainda, pelos desígnios primários do ressentido ditador cubano (O melancólico congresso da UNE, 1967, p. 3).

Desse modo, o quadro de ação do jornal em relação ao movimento estudantil vai se delineando. OESP passou os anos 1960 apontando que havia uma ebulição entre os estudantes desde as primeiras greves estudantis em 1962. Mas, em relação ao MEC-USAID, percebe-se que os temas estudantis também são progressivamente usados como escusa à defesa dos acordos, valendo-se, inclusive, do pedido para mais repressão na forma de disciplinarização. Isso, descontado o pedido de purificação do espaço acadêmico, aponta para um ambiente gerador de contradições, em que a oposição é vista como desvirtuamento. Segundo o jornal, os jovens que participavam desses atos eram desordeiros (O governo e a questão estudantil, 1967a).

Os atos públicos fora da universidade também não eram bem aceitos. Em 20 de abril, os estudantes paulistas ocuparam a capa do OESP, porque “[...] promoveram uma concentração na Praça Ramos de Azevedo para hipotecar solidariedade aos excedentes das diversas faculdades paulistas e protestarem contra o acordo MEC-USAID” (Concentração é hoje às 18h, 1967, p. 9). No dia seguinte, ao comentar o ‘ato público’, OESP sugeriu que os manifestantes tinham utilizado o debate dos excedentes para promover outros movimentos, inclusive, um ‘abaixo Estadão’ (Polícia tolerou a passeata estudantil, 1967).

Segundo Hagemeyer (1997, p. 23), para neutralizar o discurso da oposição, a alternativa autoritária residiu em procurar corporificar o conflito e demonizar os protestos contra a ordem vigente. Mas o que este pesquisador chama de “[...] problema de ordem estritamente educacional [...]”, como vindo da parte do governo, não pode ser desmerecido. Da parte dos responsáveis pelo jornal, havia uma irritação com os *slogans* e os chavões próprios da rotina dos universitários. O problema principal residia no fato de que, ao atacar o MEC-USAID, os estudantes apresentavam uma série de descontentamentos em relação à própria estrutura universitária e ao sistema de ensino de maneira geral.

Esse descontentamento sobre a ordem legal do sistema de ensino pode ser visto, por exemplo, quanto aos excedentes. O problema dos excedentes diz respeito ao fluxo de pessoas que, mesmo aprovadas pelo vestibular classificatório, não tinham vaga garantida na Universidade. Essa era uma garantia legal, tanto a universidade quanto o governo poderiam ser responsabilizados. Isso sinaliza que os manifestos estudantis a respeito desse tema eram legítimos. Ademais, somam-se os problemas relacionados ao funcionamento da Universidade, ou seja, o restaurante, a forma de ensino, a política educacional e a violência contra os estudantes, apenas para citar alguns exemplos. Há que se pensar que os estudantes, adotando uma pauta anti-imperialista, denunciavam os problemas relacionados à rotina como alunos, mas também enquanto cidadãos e como quem reivindica elementos primários relacionados à educação e à formação. Portanto, o que é ‘estritamente educacional’ pode ser considerado elemento político primordial.

No editorial veiculado em maio, OESP reproduz um anúncio do presidente Costa e Silva em relação às manifestações estudantis. O texto apresenta a insatisfação do governo e registra o apoio do periódico à intensificação da repressão para conter os movimentos contestatórios, reforçando a ideia de que este era o pedido de “[...] toda a coletividade” (O governo e a questão estudantil, 1967a, p. 3). Neste mesmo texto, volta-se a falar das manifestações estudantis em relação aos excedentes como algo fora da realidade, algo que perturba a ordem pública e restringe o planejamento educacional aos especialistas (O governo e a questão estudantil, 1967a) e reitera que “[...] a campanha dos estudantes contra o acordo MEC-USAID era ‘indigna’ e que a intenção era a de menosprezar os especialistas aptos a promover o planejamento educacional do ensino superior” (O governo e a questão estudantil, 1967a, p. 3, grifo do autor). A partir dessa passagem, entende-se que o jornal retoma a discussão sobre a competência da assistência técnica norte-americana que transmitiria à equipe brasileira conhecimentos de professores universitários de países altamente evoluídos culturalmente (O governo e a questão estudantil, 1967a).

A questão dos excedentes continua inflamando os debates. OESP não deixa de reconhecer que havia um entrave para a entrada dos jovens na universidade e que isso acontecia por irresponsabilidade governamental, reforçando o argumento sobre a necessidade de conhecimentos técnicos estrangeiros. Também fica evidenciado que havia uma desarticulação entre o que determinava a lei sobre a entrada de estudantes na universidade e como ela se dava de fato. A questão dos excedentes é um ponto histórico destacado, porque revelou uma deficiência na articulação do ensino superior em relação ao ensino médio (Braghini, 2015).

Costa e Silva considerava a reforma universitária a resposta para resolver a questão dos excedentes. Mas, não dispondo de todo o recurso para a sua aplicação, os militares receavam as manifestações estudantis, pois uma parte das soluções para a efetivação da reforma, cerca de 40%, estava condicionada ao acordo MEC-USAID. Por isso, aplacar o descontentamento estudantil passou a ser um item importante, não oficial, mas esperado para a manutenção do acordo (Costa propenso ao diálogo e reformas, 1968).

Embora Costa e Silva tenha alegado que “[...] cerca de 40% dos recursos previstos pela reforma universitária viriam do acordo MEC-USAID [...]”, o que se vê no documento (Brasil, 1967b) é o comprometimento financeiro da USAID para a manutenção da equipe técnica norte-americana no país, no período máximo de quatro anos e o custeio do treinamento de bolsistas; sendo as respectivas ‘responsabilidades’ condicionadas à disponibilidade de recursos da agência (Brasil, 1967b). Todavia, vale destacar que o Relatório da EAPES considerou os recursos destinados para a manutenção da equipe norte-americana no Brasil como uma doação da USAID para o ensino superior (Brasil, 1969).

O importante, entre os anos de 1967-1968, era manter a visão de um inimigo comum. Os estudantes foram vistos como inimigos, porque também denunciavam os

abusos e as faltas do governo em relação aos seus processos de formação, bem como quanto à ausência de estrutura material para o ensino e no que diz respeito às políticas para a entrada e permanência na universidade pública.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

A análise do jornal *O Estado de S. Paulo*, quando da cobertura dos acordos MEC-USAID e das manifestações estudantis entre 1962 e 1970, revela uma complexa intersecção entre mídia, política e educação no Brasil durante um período de intensa repressão e de transformação social. Explicitamente, o periódico se posicionou como um defensor dos acordos, promovendo uma narrativa que desqualificava as vozes dissonantes do movimento estudantil, caracterizando-as como imaturas e subversivas. Essa postura não apenas refletia uma aliança com os interesses do regime militar, no sentido da manutenção dos acordos, como o texto também evidencia uma estratégia de manipulação da opinião pública, buscando legitimar as reformas educacionais propostas, reforçando-as nos pedidos de controle dos manifestos estudantis.

O fato é que as manifestações das tais 'minorias subversivas' ocupavam um espaço significativo em parte da grande imprensa e, mesmo reprimidas pelas sanções legais e pela violência do regime, agitavam o meio universitário e parte da população. Hagemeyer (1997) afirma que o movimento estudantil foi o único sobrevivente do golpe, a única organização de oposição ao regime que se manteve estabilizada mesmo na clandestinidade, antes da explosão das guerrilhas clandestinas, também compostas por estudantes. Ademais, de acordo com o autor, o movimento conseguiu, em dado momento, reunir a simpatia de setores da sociedade que passaram a expressar cada vez mais descontentamento com o rumo político do país e a aumentar a solidariedade aos estudantes em protesto nas ruas.

OESP considerava o debate partidário estudantil estéril e desorientado e afirmava que fazia parte de um projeto de declinação de soberania do país. Uma porção considerável do conteúdo de OESP, que dizia respeito à história dos acordos, está diretamente ligada ao desmonte do movimento estudantil. A partir dessa perspectiva, o jornal difundiu as manifestações estudantis de maneira a desqualificar o debate, destacando uma possível imaturidade dos jovens quando esses pautam a política.

Assim, foi construído um fato jornalístico a partir de duas facetas narrativas: uma que respaldava a necessidade dos acordos; outra que, ao validá-los, desvalorizava o caráter sociopolítico do movimento estudantil. Tratava-se, sobretudo, de descaracterizar os debates e de criminalizar os movimentos contrários à opinião do periódico.

Foram muitos os momentos nos quais os estudantes denunciaram as condições de ensino do país por meio de ações. Diante disso, como forma de conter as manifestações contrárias ao acordo, o jornal respaldava e fazia pedidos para que o

governo intensificasse as ações de repressão para contê-las e alegava que tais medidas eram necessárias para o bem e o futuro da Nação, chegando a sugerir medidas para eliminar esses estudantes das universidades.

O fato é que uma parte deles foi eliminada da vida.

## REFERÊNCIAS

Abramo, P. (2003). Padrões de manipulação na grande imprensa. Perseu Abramo.

Acervo Estado. (n.d.). História do jornal O Estado de São Paulo na década de 1960. Recuperado de: <https://acervo.estadao.com.br>

Acordo terá 5 do Brasil. (1968, 6 de janeiro). O Estado de S. Paulo, p. 5.

Acordos: estudantes deverão decidir hoje. (1967, 12 de maio). O Estado de S. Paulo, p. 30.

Alterações entravam acordos. (1967, 13 de julho). O Estado de S. Paulo, p. 60.

Aquino, M. A. (1999). Censura, imprensa, estado autoritário (1968-1978): o exercício cotidiano e a resistência; O Estado de S. Paulo e o Movimento. EDUSC.

Braghini, K. M. Z. (2015). Juventude e pensamento conservador no Brasil. EDUC.

Brasil. Ministério da Educação e Cultura. (1969). Relatório da Equipe de Assessoria ao Planejamento do Ensino Superior (EAPES) - acordo MEC-USAID. Recuperado de: <http://www.dominiopublico.gov.br/download/texto/me002109.pdf>

Brasil. Ministério da Educação e Cultura. Secretaria Geral. (1967b). Acordos, contratos e convênios.

Brasil. Ministério do Planejamento e Coordenação Geral. (1967a). Catálogo de acordos de assistência técnica.

Capelato, M. H., & Prado, M. L. (1980). O bravo matutino: imprensa e ideologia no jornal "O Estado de S. Paulo" - 1902 - 1907. Alfa-Ômega.

Carta da ex UNE prega luta armada. (1967, 5 de agosto). O Estado de S. Paulo, p. 9.

Carvalho, A. M. L. (2003). O jornal 'O Estado de São Paulo' e a educação brasileira no período de 1961-1965 [Dissertação de Mestrado]. Universidade de São Paulo.

Caterina, G. (2015). O papel da USAID no financiamento ao governo brasileiro (1964-1967). CADUS – Revista de História, Política e Cultura, 1(1).

A causa dos rebeldes e os rebeldes sem causa. (1968, 8 de outubro). O Estado de S. Paulo, p. 4.

Concentração é hoje às 18h. (1967, 20 de abril). O Estado de S. Paulo, p. 60.

Convênio visa planificação do ensino superior. (1965, 30 de maio). O Estado de S. Paulo, p. 5.

Costa propenso ao diálogo e reformas. (1968, 30 de junho). O Estado de S. Paulo, p. 3.

Crises no Rio, Minas e Curitiba. (1967, 24 de maio). O Estado de S. Paulo, p. 30.

Cunha, L. A. (1988). A universidade reformada. Francisco Alves.

Decreto nº 62.024, de 29 de dezembro de 1967. (1967). Institui Comissão Especial para propor medidas relacionadas com os problemas estudantis.

Decreto-Lei nº 477, de 26 de fevereiro de 1969. (1969). Define infrações disciplinares praticadas por professores, alunos, funcionários ou empregados de estabelecimentos de ensino público ou particulares, e dá outras providências.

Direção da UNB proíbe seminário. (1967, 31 de maio). O Estado de S. Paulo, p. 6.

Discutido caso “Caetano”. (1967, 3 de dezembro). O Estado de S. Paulo, p. 35.

Epílogo: MEC não segue as reformas. (1967, 20 de dezembro). O Estado de S. Paulo, p. 5.

Estudantes fazem exigências. (1967, 14 de abril). O Estado de S. Paulo, p. 5.

Estudantes: governo irá rever sua posição. (1967, 27 de maio). O Estado de S. Paulo, p. 4.

Fávero, M. L. A. (1991). Da universidade “modernizada” à universidade disciplinada: Atcon e Meira Mattos. Cortez-Autores Associados.

Fávero, M. L. A. (1992). Implicações dos acordos MEC-USAID na educação superior brasileira. Série Estudos Proedes/UFRJ, 4, 1-73.

Fávero, M. L. A. (1994). A UNE em tempos de autoritarismo. Editora UFRJ.

Filosofia da USP aceita os excedentes. (1967, 28 de abril). O Estado de S. Paulo, p. 28.

Fonseca, F. (1997). Imprensa e opinião pública: papel e estratégias do jornal O Estado de São Paulo para a formação do consenso. *Opinião Pública*, 4(2), 114-121.

Germano, J. W. (2011). Estado militar e educação no Brasil (1964-1985). Cortez.

O governo e a questão estudantil. (1967a, 23 de maio). O Estado de S. Paulo, p. 3.

Hagemeyer, R. R. (1997). Movimento estudantil 68: imagens da paixão [Dissertação de Mestrado]. Universidade Federal do Paraná.

Maluhy, C. V. (2010). Os especialistas em educação para a América Latina (1958-1966) [Dissertação de Mestrado]. Pontifícia Universidade Católica de São Paulo.

MEC fará certame nacional de ensino. (1968, 13 de janeiro). O Estado de S. Paulo, p. 6.

MEC revê os acordos. (1967, 3 de maio). O Estado de S. Paulo, p. 6.

MEC-USAID já em reexame. (1967, 29 de abril). O Estado de S. Paulo, p. 3.

O melancólico congresso da UNE. (1967, 11 de agosto). O Estado de S. Paulo, p. 3.

Nogueira, F. M. G. (1999). Ajuda externa para a educação brasileira: da USAID ao Banco Mundial. Edunioeste.

Organização dos Estados Americanos [OEA]. (1961). Carta de Punta del Este.

Planejamento no campo da agricultura. (1965, 30 de junho). O Estado de S. Paulo, p. 18.

Polícia mineira impede passeata. (1967, 3 de junho). O Estado de S. Paulo, p. 32.

Polícia tolerou a passeata estudantil. (1967, 21 de abril). O Estado de S. Paulo, p. 9.

Presidente apressa os estudos do CFE. (1967, 9 de junho). O Estado de S. Paulo, p. 5.

Ribeiro, R. A. (2006). Aliança para o Progresso e as relações Brasil-Estados Unidos [Tese de Doutorado]. Universidade Estadual de Campinas. Recuperado de: <https://repositorio.unicamp.br/Acervo/Detalhe/394903>

Rio: Polícia dissolve passeata. (1967b, 23 de maio). O Estado de S. Paulo, p. 6.

Rossi, P. M. (2018). Os acordos MEC-USAID no jornal O Estado de S. Paulo (1962-1973) [Dissertação de Mestrado]. Pontifícia Universidade Católica de São Paulo.

Sanfelice, J. L. (2015). A UNE na resistência ao golpe de 1964 e à ditadura civil-militar. Revista Simbio-Logias, 8(11), 127-143.

Santana, F. A. (2014). Movimento estudantil e ensino superior no Brasil: A reforma universitária no centro da luta política estudantil nos anos 60 [Tese de Doutorado]. Universidade de São Paulo.

Silveira, Z. S. (2020). Relatório da Equipe de Assessoria do Planejamento do Ensino Superior (EAPES) - acordo MEC-USAID. *Movimento-Revista de Educação*, 7(14), 280-287.

As sugestões epidêmicas. (1967c, 23 de maio). *O Estado de S. Paulo*, p. 4.

Suplicy pede o diálogo legítimo. (1967, 2 de junho). *O Estado de S. Paulo*, p. 5.

Tarso estuda falta de vaga. (1967, 18 de março). *O Estado de S. Paulo*, p. 6.

Tarso: o MEC não foge ao diálogo. (1967, 1 de agosto). *O Estado de S. Paulo*, p. 5.

Termina o congresso de estudantes; resoluções. (1965, 1 de agosto). *O Estado de S. Paulo*, p. 26.

UME carioca fará passeata. (1967, 21 de maio). *O Estado de S. Paulo*, p. 7.

A UNE perde terreno. (1967, 20 de setembro). *O Estado de S. Paulo*, p. 32.

Universitários debatem tese. (1965, 29 de julho). *O Estado de S. Paulo*, p. 15.

Yale Law School. (1961). Declaration of Punta del Este. Recuperado de:  
[https://avalon.law.yale.edu/20th\\_century/intam15.asp](https://avalon.law.yale.edu/20th_century/intam15.asp)

Sales, L., Veiga, V., Henning, P., & Sayão, L. F. (2021). Um panorama histórico da iniciativa GO FAIR: da Europa para o Brasil. In L. F. Sales, V. S. O. Veiga, P. Henning, & L. F. Sayão (Orgs.), *Princípios FAIR aplicados à gestão de dados de pesquisa* (pp. 9-22). Ibict.

Salvador, H. H. F. (2017). *A condução do ensino das operações aritméticas nas séries iniciais: do tradicional ao intuitivo (entre a segunda metade do século XIX até a terceira década do século XX* [Tese de Doutorado]. Universidade Anhanguera de São Paulo - UNIAN.

Santos, P. S. A., & Miranda, Z. D. (2020). Digitalização de documentos: soluções de qualidade para acervos arquivísticos. *Revista Fontes Documentais*, 2(03), 26-42. <https://repositorio.ufpb.br/jspui/handle/123456789/25408>

**PAMELA DE MATTOS ROSSI:** Possui graduação em Serviço Social pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (2013) e mestrado e no PPG em Educação: História, Política, Sociedade (PPG-EHPS) pela mesma instituição (2016). Participou do Programa de Pesquisa "A história da escola por seus objetos: etno-história da escola brasileira - séculos XIX e XX" e do Núcleo de Estudos Escola e seus Objetos (NEO). Dedicou seus estudos à história da educação, cultura material escolar, patrimônio cultural escolar, práticas de ensino.

**E-mail:** pamelamattos.educ@gmail.com  
<https://orcid.org/0000-0001-7882-4980>

**KATYA BRAGHINI:** Professora e pesquisadora do PPG em Educação: História, Política, Sociedade (PPG-EHPS). Doutora em Educação pelo mesmo Programa. Bacharel e Licenciada em História pela Universidade de São Paulo (USP). Coordena o Núcleo de Estudos Escola e seus Objetos (NEO). Pós-Doutorada pelo Consejo Superior de Investigaciones Científicas (CSIC-Madrid).

**E-mail:** kmbraghini@pucsp.br  
<https://orcid.org/0000-0002-7790-2884>

**Recebido em:** 08.06.2024

**Aprovado em:** 23.01.2025

**Publicado em:** 01.05.2025

**NOTA:**

Este artigo faz parte do dossiê "A Educação nos Tempos da Ditadura".

**EDITORES RESPONSÁVEIS:**

Eduardo Lautaro Galak (UNLP, Argentina)  
 E-mail: eduardo.galak@unipe.edu.ar  
<https://orcid.org/0000-0002-0684-121X>

Elizabeth Figueiredo Sá (UFMT)  
 E-mail: elizabethfsa1@gmail.com  
<https://orcid.org/0000-0002-5861-7535>

Rosa Fátima de Souza Chaloba (Unesp)  
 E-mail: rosa.souza@unesp.br  
<https://orcid.org/0000-0002-3905-7317>

**RODADAS DE AVALIAÇÃO:**

R1: dois convites; um parecer recebido.

R2: dois convites; um parecer recebido.

**COMO CITAR ESTE ARTIGO:**

Rossi, P. M., & Braghini, K. (2025). O movimento estudantil e os acordos MEC-USAID nas páginas de O Estado de S. Paulo (1962-1970). *Revista Brasileira de História da Educação*, 25, e371. DOI:  
<https://doi.org/10.4025/rbhe.v25.2025.e371>

**FINANCIAMENTO:**

A RBHE conta com apoio da Sociedade Brasileira de História da Educação (SBHE) e do Programa Editorial (Chamada Nº 30/2023) do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq).

**LICENCIAMENTO:**

Este artigo é publicado na modalidade Acesso Aberto sob a licença Creative Commons Atribuição 4.0 (CC-BY 4).